

ADSE paga 21% dos gastos dos hospitais privados

Exposição dos privados
à ADSE subiu muito em 2016.

Grupos Mello e Luz Saúde
ameaçam romper acordos.

Beneficiários e Marcelo
querem mais negociações.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8

Área: 1543cm² / 54%

Tiragem: 16 981

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6380469

PRIMEIRA LINHA GUERRA NA SAÚDE

ADSE

pressionada a

ceder a privados

O Conselho Consultivo da ADSE defende que a revisão da tabela de preços pode anular a necessidade de regularizações, que estão a ser contestadas pelos privados. Marcelo pede “bom senso”.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt
JOÃO D'ESPINEY
joaodespiney@negocios.pt

O Conselho Geral e de Supervisão da ADSE, um órgão consultivo que tem representantes dos beneficiários e do Governo, desafiou esta terça-feira os privados e a direção da ADSE a avançar para um diálogo “urgente” sobre as tabelas que estabelecem os preços do regime convencionado.

A resolução do órgão consultivo foi aprovada na mesma tarde em que o grupo Luz Saúde manifestou a intenção de “deixar de prestar” os serviços ao abrigo dos acordos com a ADSE a partir de abril – já depois da Mello Saúde

ter comunicado a “suspensão” dos mesmos – e no mesmo dia em que o Presidente da República pediu “bom senso e capacidade de entendimento” sobre as convenções da ADSE.

No documento, os representantes dos sindicatos, dos reformados, dos beneficiários, mas também dos ministérios da Saúde e das Finanças lembram que se os privados aceitarem a fixação de preços máximos – o que não tem sido fácil – deixarão de ser necessárias as chamadas “regularizações”, através das quais a ADSE reclama a correção de faturas que considera terem sido faturadas em excesso.

“É desejável que se chegue a acordo sobre as tabelas de preços do regime convencionado”, disse ao Negócios João Proença, presi-

dente do Conselho Geral e de Supervisão. “Se as tabelas fixarem preços máximos”, nas cirurgias por exemplo, “as regularizações deixam de existir para o futuro”.

Três membros do Conselho Geral e de Supervisão referiram ao Negócios que apesar da comunicação pública dos dois grandes grupos “o que foi informado pelo conselho diretivo da ADSE é que não houve nenhuma denúncia formal de convenções”, como referiu Francisco Braz, representante dos beneficiários.

Além de apelar a um diálogo “urgente” entre privados e a ADSE, o conselho consultivo recomenda que a direção do instituto “retome a celebração” de convenções, de forma a assegurar a máxima cobertura.

A associação dos hospitais privados pediu audiências aos grupos parlamentares.

Saúde remete para a ADSE

O comunicado deste conselho consultivo não faz referência ao papel do Governo na mediação deste conflito. Isto apesar de os sindicatos reclamarem a intervenção do Governo. “Esperamos que a ADSE seja olhada pelo Governo e pelas tutelas e de outra forma, por-

que esta situação não serve os beneficiários, o setor privado da saúde e muito menos o SNS porque o pode comprometer, pelas dificuldades que tem”, diz José Abraão, da Fesap.

Questionado esta terça-feira pelo Negócios sobre se irá apresentar alguma solução para este braço-de-ferro, o gabinete de Marta Temido remeteu a resposta para a ADSE.

Enquanto a ministra da Saúde desvaloriza o problema – garantindo que há outros grupos interessados em ocupar este mercado e sublinhando que o SNS “nunca deixou doentes à porta” – o Presidente da República manifesta-se preocupado com a hipótese desse

“milhão e tal de pessoas” cair “em cima do Serviço Nacional de Saúde”, o que representaria “um peso muito considerável” sobre o sistema e “poderia afetar muitos outros portugueses”.

O presidente da Associação Portuguesa da Hospitalização Privada, Óscar Gaspar, afirmou ao final do dia que a ADSE tem estado em “silêncio” desde dezembro e revelou ao Negócios que pediu audiências aos grupos parlamentares. Entretanto, o PSD pediu uma audição urgente da ministra da Saúde e outras entidades sobre a suspensão de convenções, manifestando abertura para eventuais alterações legislativas. ■

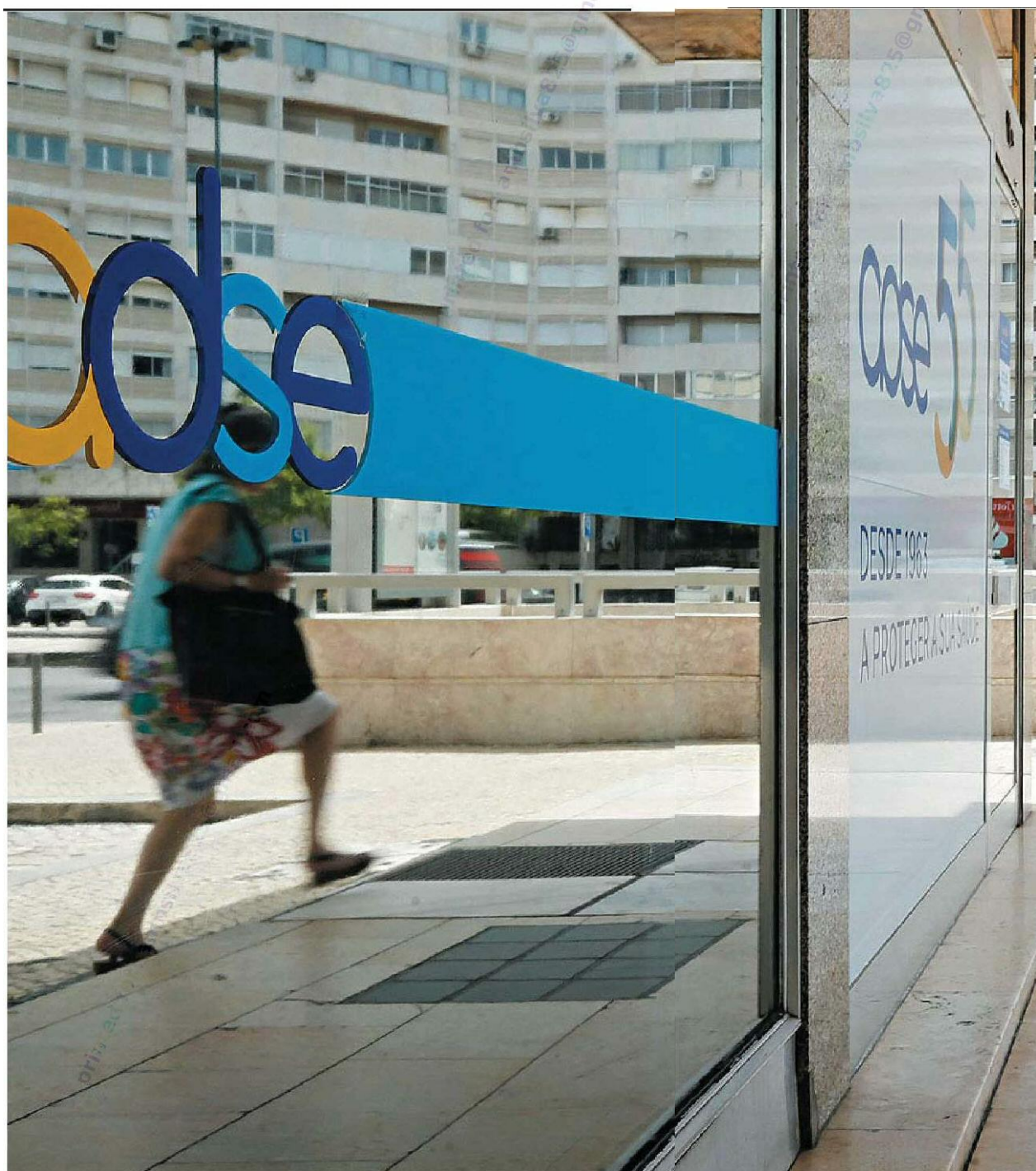
FUTURO

O que implicaria o fim dos acordos

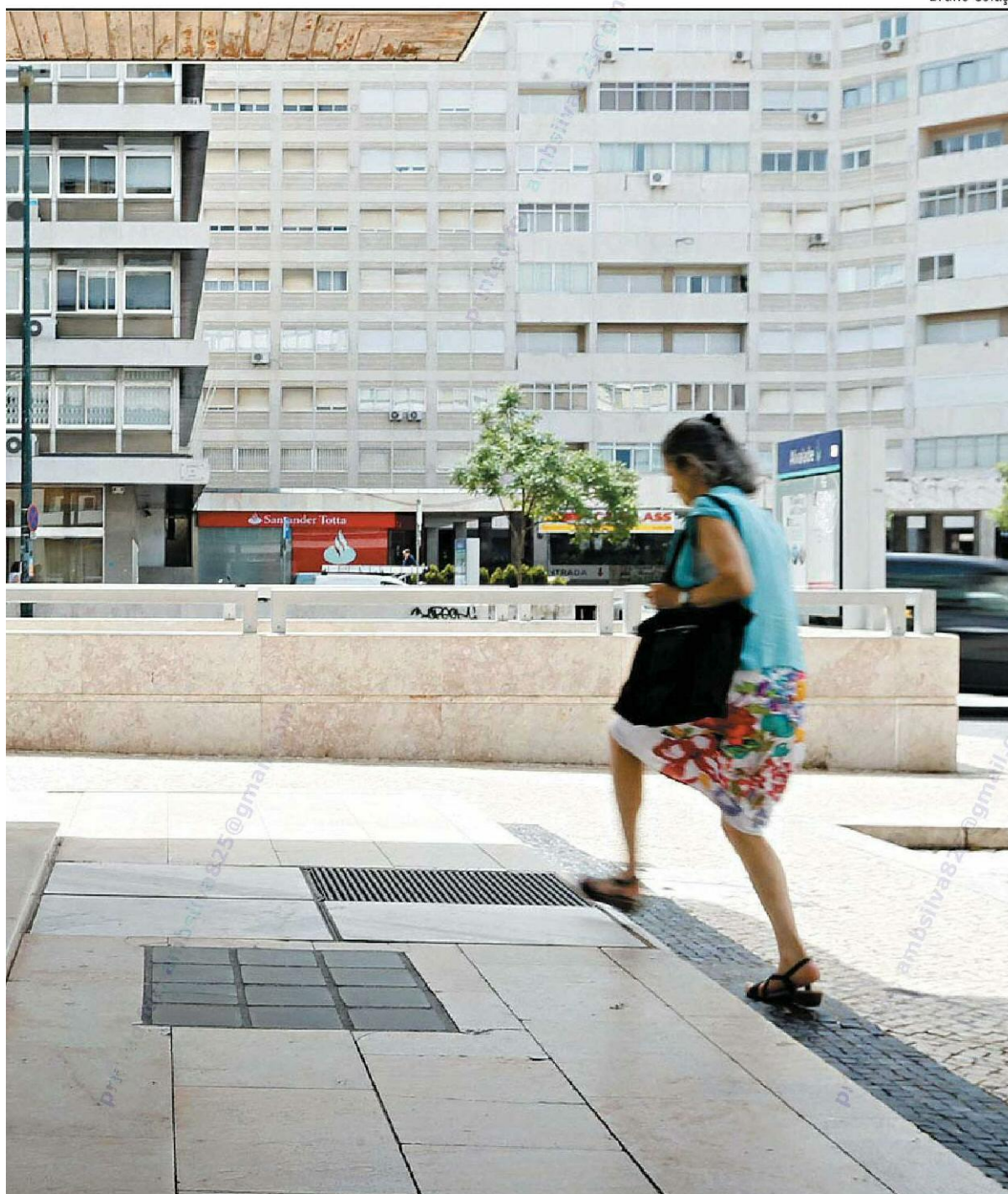
À partida, o fim das convenções não interessa a ninguém: aos grandes grupos que já estão no sistema, aos beneficiários e à ADSE. O Negócios resume o que implicaria a denúncia destes acordos, que voltam a ser postos em causa a propósito das negociações sobre os valores cobrados pelo subsistema.

... para os grandes grupos

Os acordos do chamado “regime convencionado” estabelecem, geralmente, um preço mais baixo a pagar tanto pela ADSE como pelos beneficiários aos hospitais privados do que o que é exigido no chamado regime livre. Mas é precisamente por causa dos preços mais baixos que há tantos beneficiários da ADSE interessados em utilizar os serviços. “Há um efeito volume que pode compensar a diminuição da margem”, resumiu recentemente ao Negócios Pedro Pita Barros, professor da Universidade Nova de Lisboa. O Grupo Luz revela no seu relatório e contas que a ADSE garante 30% dos seus rendimentos operacionais. Com o fim dos acordos, os beneficiários podem procurar a concorrência, se esta assegurar os mesmos serviços. Os grupos têm de procurar outras receitas.



Os grupos Luz Saúde e José de Mello Saúde anunciaram em menos de 24 horas a intenção de abandonarem os acordos com a ADSE.



Bruno Colaço

Representantes dos beneficiários dizem que não há denúncias formalizadas.

... para os beneficiários

Os beneficiários que deixarem de recorrer ao regime convencional terão de suportar o custo integral dos atos médicos, sendo mais tarde reembolsados pela ADSE. Isto implica que assumam um custo mais elevado: em vez de pagarem, por exemplo, 3,9 euros por uma consulta podem ter de pagar o preço de mercado (que varia, podendo ser de 60 euros), sendo depois reembolsados até 20,45 euros. O Grupo Mello e a Luz Saúde garantem que as marcações feitas a partir de 12 e 15 de abril, respetivamente, serão cobradas ao abrigo do regime livre. Os dois grupos asseguram, no entanto, que não alteram as regras para alguns grupos mais frágeis que tenham começado os tratamentos ou marcado uma consulta antes dos prazos referidos. A Luz Saúde promete criar “condições especiais de preços”.

... para a ADSE

Se as ameaças se concretizarem, a ADSE deixa de poder oferecer um leque tão vasto de serviços a preços reduzidos e terá de procurar novos parceiros privados ou do setor social para compensar o fim dos acordos com os principais grupos privados. Esta potencial redução de oferta acontece depois de ter duplicado o desconto que exige aos beneficiários (para 3,5% do salário ou pensão). Qualquer beneficiário pode optar por abandonar o subsistema público de saúde, mas o número de saídas não tem sido significativo, até porque se tem considerado que as condições e a cobertura oferecida são mais favoráveis do que as dos seguros privados. É natural que, face às ameaças, os beneficiários questionem a gestão da ADSE e avaliem os seguros como alternativa.

EM CAUSA

A que se deve a guerra entre a ADSE e privados

A ADSE começou por tentar fixar limites à despesa com cirurgias, medicamentos ou próteses. Mais recentemente, deu prioridade às regularizações, que corrigem a faturação de anos anteriores.

LIMITES À DESPESA

A ADSE está há um ano a explicar que as tabelas não estabelecem preços fixos ou máximos para cirurgias, medicamentos, ou próteses, por exemplo. Eugénio Rosa, agora vogal da ADSE, tem repetido que “há prestadores que faturam com um preço 11 vezes superior ao preço faturado por outro prestador pela mesma prótese”. Depois de uma primeira sequência de negociações falhadas, o decreto de execução orçamental de

2018 estabeleceu limites aos preços pagos pela ADSE nestas três áreas, que foram muito contestados pela Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP), e que não chegaram a ser aplicados. Os privados alegam que os preços da ADSE são muito baixos e que nalguns casos não são atualizados há vinte anos.

AS REGULARIZAÇÕES

Sem os principais instrumentos para limitar a despesa, a ADSE resolveu avançar, no final do ano passado, para as chamadas “regularizações”. Em causa estão 38 milhões de euros relativos à faturação de 2015 e 2016, que nos termos dos acordos pode ser corrigida sempre que exceda em 10% os valores médios praticados. Os privados falam numa correção “retroativa” e “ilegal” que não lhes permite antecipar com segurança quais serão realmente os preços praticados pela ADSE.

PRAZOS DE PAGAMENTO

Para a José de Mello Saúde este é outros dos problemas que estão em causa. O prazo médio de pagamento às unidades CUF situa-se atualmente em 283 dias, “um prazo manifestamente penalizante e que agrava desnecessariamente os custos dos operadores”.